

CULTURA da MODERNIDADE: discussões e práticas INFORMACIONAIS

Regina Maria Marteleto¹

Neste trabalho reúnem-se alguns conceitos de maneira a realizar uma leitura histórico-social do fenômeno informacional. Indaga-se em que contexto e por quais processos a informação passa a constituir um problema, nas sociedades ocidentais-capitalistas-industriais, de ordem prático-social e, de ordem científica, ou seja, como objeto de estudo da ciência. O conceito nucleador dessa reconstrução histórica é cultura, o qual fornece o solo teórico a partir do qual novos conceitos se delineiam. Em primeiro momento, resgatam-se os discursos da cultura, que têm interpretado os vínculos simbólicos e materiais que as nossas sociedades históricas estabelecem com a realidade. Estes abrem o caminho para se entrever um segundo plano de estudo da cultura, como produto construído coletivamente pelos sujeitos sociais, através de suas ações e representações, as quais, num sentido moderno, são práticas de informação.

1 Elaboração discursiva da cultura no terreno sócio-histórico do Ocidente

Antes da concepção antropológica da cultura, iniciada no séc. XIX, como fisionomia própria que um grupo humano adquire através

1 Professora/Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, CNPQ/IBICT-UFRJ/ECO.

da sua história, modo de relacionamento humano com seu real, temos a noção que nos foi legada pela tradição greco-romana. Nesta, cultura referia-se ao processo de formação do indivíduo, trazendo consigo a idéia de cultivo e transmissão de hábitos, valores e conhecimentos capazes de preparar o futuro adulto e proporcionar o seu ajustamento à ordem social, enquanto indivíduo.

Ainda na tradição européia, o séc. XVIII trará ao termo cultura uma vizinhança com a noção de civilização, inscrevendo historicamente sua atualização moderna: relação utilitária com o meio natural e social. Novos elementos irão redimensionar a visão cultural naquele momento: primeiro, a racionalidade, como modo de conhecimento capaz de eliminar as formas místicas de apreensão da realidade, prevalentes na ordem feudal; segundo, o progresso como aumento indefinido do conhecimento e sua aplicação, tanto no aperfeiçoamento humano, quanto no processo de acumulação, garantindo a expansão e reprodução da vida simbólica e material das sociedades.

Esses processos, que M. WEBER denominou de "racionalização" ou ampliação dos setores da vida social submetidos a padrões de decisão racional, inauguram o quadro da modernização da sociedade e da cultura, quando triunfam os modelos racionalizadores na política, com a Revolução Francesa, e na economia, com a industrialização britânica.

A unidade entre subjetividade e verdade, sustentada pela metafísica e pela religião, que até então detinham o monopólio da verdade objetiva, é rompida pela separação do mundo cultural em três domínios autônomos: a ciência, a moral e a arte. Cada uma dessas esferas passa a tratar as antigas problemáticas herdadas das visões de mundo precedentes de maneira autônoma e com suas próprias instituições e especialistas: o conhecimento racional e os cientistas; a justiça, a moralidade e os magistrados; o gosto e os artistas e críticos de arte.¹

A racionalidade, ou o processo de desencantamento do mundo pela razão, se irradia para outros setores da cultura e da vida social: a sociedade, o Estado, a economia, os sujeitos, os sujeitos e seus objetos, os sujeitos e suas práticas, e representações, marcando a relação entre a racionalidade, agora instrumental, e as instâncias de decisão, o poder. Por outro lado, uma vez que a cultura – elaboração teórica e prática sobre o mundo físico ou o vivido – encontra-se na mão de especialistas, opera-se uma cisão entre os produtores e os

consumidores culturais: os não-especialistas ou aqueles que não produzem os bens culturais, mas que dependem desses produtos para dirigirem suas vidas, se relacionarem uns com os outros, na sua atividade produtiva ou no seu cotidiano. Sim, porque cada vez mais, para ser indivíduo ou cidadão, os sujeitos dependerão dessas elaborações culturais, amparadas na racionalidade.

É por esse processo de racionalização ou de modernidade cultural e social, ligado a uma nova organização das formações sociais européias, pela expansão da forma capitalista de produção, a organização do Estado e seu aparato jurídico, militar e burocrático e a formação da esfera que lhe faz face a sociedade civil – e ainda à institucionalização do progresso científico e tecnológico, que se forma também uma idéia de informação, ou de “publicidade” da elaboração cultural. Em outras palavras, é nesse quadro que a cultura assume um caráter público, ou seja, de informação, e isso em vários sentidos e com diferentes desdobramentos.

2 Publicização da cultura como matéria informacional

Tomando a periodização do capitalismo utilizada por F. JAMESON², na sua fase de expansão nacional as informações eram veiculadas, ainda que de maneira restrita e muitas vezes no âmbito privado, ora para obtenção de dados referentes a mercados distanciados da metrópole, ora para comunicar ao público as notícias do reino ou a legislação elaborada pelo judiciário e que continha as decisões do Estado. Tratava-se de informações com via única, dos poderes que se estabeleciam para um público em formação. Na sua segunda fase, a transnacional (ou colonialista), outros tipos de informações são veiculadas, não apenas no âmbito político e econômico, como também do grande público, com a consolidação da sociedade civil, a conquista do direito de voto, a expansão da imprensa e a ampliação do sistema educacional. Também faz parte desse fluxo de informações e, principalmente, aquelas oriundas da ciência e técnica, agora institucionalizadas. À sua terceira fase – a planetária – corresponde a formação de um mercado de bens culturais, que se expandiu paralelamente ao processo de acumulação do capital, o qual T. W. ADORNO e M. HORKHEIMER denominaram “indústria cultural”, referindo-se à produção e recepção massificada e universalizada dos bens simbólicos, não exatamente perniciosos por se assemelhar a um processo de produção de bens materiais, mas

sobretudo pelos seus efeitos – a alienação do homem pela diversão, a sua unidimensionalização pela eliminação das diferenças, anulando as possibilidades de realização do indivíduo.

A publicização da cultura como matéria informacional, seja em seus componentes estéticos, sócio-políticos ou técnico-científicos, encontrou seus princípios de constituição no séc. XVIII, com a distinção operada pela sociedade burguesa em expansão entre a cultura como mundo das idéias e dos sentimentos elevados e a civilização como mundo do trabalho, da acumulação e da reprodução material.

A separação da sociedade burguesa entre dois mundos – cultura e civilização – sugeria a oposição entre trabalho-lazer, necessidade-liberdade, matéria-espírito ou ainda exterioridade-interioridade, tomando as idéias ou os conhecimentos como algo separado dos sujeitos e das suas experiências práticas, cindindo a cultura entre o mundo material operado pela racionalidade e o mundo espiritual relacionado com o cultivo das artes, da moral e dos valores humanos fundamentais, operado pela subjetividade.

3 A crise cultural do Ocidente

Para que cultura e civilização se tornassem sinônimos e para que o termo cultura, sempre mais abrangente, viesse a ter novos desdobramentos, algumas ordens de fatores foram importantes. Essas tiveram sua expressão mais nítida no século XIX.

Neste século, o poderio das nações européias frente aos povos do mundo se intensifica, com a conquista de novos mercados consumidores de produtos industrializados e fornecedores de matéria-prima. Firma-se e consolida-se um sistema educacional ancorado na idéia de atingimento, pelo indivíduo, de uma meta civilizada e de cultura, enquanto ideal de aperfeiçoamento humano e caminho para o estabelecimento de relações sociais satisfatórias. Estabelece-se, com as idéias liberais, uma referência à cultura como domínio à parte do social, fechado em si mesmo, ao qual uns têm acesso, outros não, dependendo das suas qualidades inatas, cada vez mais relacionadas com as origens de classe social.

O problema prático que se colocava então para as sociedades européias ocidentais, pela expansão da dominação política, era o da descoberta e do contato com outros “povos” ou “civilizações”. A busca da diferença (alteridade) entre os civilizados e os primitivos se coloca assim no plano das diferenças naturais e genéticas entre essas

“nações” ou “povos”. Daí a idéia de espécie, logo associada a noção de raça.

O discurso que se elabora cientificamente sobre a cultura, via antropologia, contribui, por outro lado, para delimitar teoricamente a posição internacional do Ocidente. Cultura, civilização, progresso são referências indispensáveis ao pensamento científico e filosófico do século XIX, numa sociedade que se vê em constante movimento em direção ao progresso material e intelectual. Cultura e civilização, agora em harmoniosa junção nas sociedades européias, se expandem pelo olhar científico e pela dominação política para outras nações, tomando-se o processo civilizatório do Ocidente como modelo universal de cultura, e as diferenças étnicas e culturais como características da espécie humana, ou como fases diversas de um mesmo processo de transformação, dentro do projeto de expansão colonial.

É válido observar, no entanto, que foi no momento do auge do desenvolvimento do par “cultura-civilização”, “cultura-técnica”, “teoria-prática”, modelo disjuntivo, embora complementar, vigente até o século XIX, e que bastou às sociedades ocidentais até aquele momento, que se configura uma crise cultural, e se coloca em questão esse modelo em que se funda o Ocidente.

O ideal otimista dos liberais de que o avanço tecnológico (através da modernização e da aplicação da racionalidade instrumental) e o nivelamento da informação (pela abrangência do setor educacional, modernização e ampliação dos meios de comunicação – sobretudo a imprensa) seriam, por si mesmos, responsáveis pelo progresso e pela paz, não se realiza. No campo intelectual, o pensamento cientificista (positivista) aos poucos abandona o seu projeto de uma ciência capaz de dar respostas aos problemas de toda ordem, vividos pela humanidade. Aqui e ali, os próprios cientistas passam a questionar os paradigmas epistemológicos da tecno-ciência moderna.

É no bojo desse processo que se vão construindo e se afirmando outros discursos, por um processo intelectual, mas que estará cada vez mais balizado por uma série de acontecimentos de ordem política e econômica, seja pela busca da identidade própria do Ocidente, através da diferença em relação a outras sociedades – o discurso da antropologia -, seja pela elaboração de um discurso crítico de cultura, que vai buscar na sua expressão material e simbólica, e na estrutura da sociedade da qual ela é a expressão, a dimensão do poder e da dominação nela contida. A idéia de cultura se politiza.

4 Cultura como produção de bens simbólicos

Até agora, foram identificados dois eixos discursivos para a noção de cultura: a) a "cultura-valor", que implica um julgamento de valor a respeito de quem tem e quem não tem cultura; b) a "cultura alma-coletiva", qualificando as diferentes sociedades primitivas como territórios coletivos de cultura ou expressões culturais, e que serviu para formular cientificamente o objeto da antropologia³. Ambos apontam para um modelo universal de cultura/civilização, que deverá orientar as condutas e expressões dos diferentes sujeitos sociais.

De forma diferente, a informação, desde a sua elaboração como objeto científico, possui um componente técnico, que mais tarde irá cada vez mais se aproximar da noção de cultura como bem simbólico, integrado ao fluxo de trocas da sociedade. É este o momento de aproximação entre cultura e informação. Esta identificação de cultura com informação constitui o terceiro eixo discursivo da noção de cultura – a "cultura mercadoria".

Uma diferença que marca os séculos XVIII e XIX, onde se localiza a "cultura mercadoria", é que naqueles predominavam como dispositivos de controle os discursos éticos, legisladores e pedagógicos pelos quais se valorizavam o Estado e as instâncias de legitimação de uma determinada ordem de poder. No século XX, os discursos se revestem de uma pretensa neutralidade da razão científica que dissimula os dispositivos de poder da organização, da tecnoburocracia e do especialista. A cultura do Ocidente, de vocação planetária, não enxerga territórios, etnias ou grupos. Ela hiper-realiza o mundo, transformando-o num espetáculo produzido pela tecno-ciência.

Na concepção de "cultura-mercadoria" não existe mais julgamento de valor (quem tem, quem não tem), nem domínios coletivos de cultura ou expressões culturais, mais ou menos secretas. A cultura agora são os bens simbólicos produzidos e difundidos pelo circuito de distribuição comercial, dentro de um mercado de circulação monetária ou estatal.

Trata-se da difusão cultural como difusão de mercadorias. Não se trata, por outro lado, de uma cultura a priori, que deve ser cultivada e/ou reconhecida em diferentes grupos ou sociedades, mas de uma cultura que se produz, se reproduz, se modifica constantemente, seguindo o próprio ritmo da produção material e da produção da verdade, pela racionalidade. Conforme M. FOUCAULT:

“Em nossas sociedades, a ‘economia política’ da verdade tem cinco características historicamente importantes: a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’).”⁵

Nas modernas sociedades de massa há um combate pela verdade e em torno da verdade ou ainda, mais apropriadamente, em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha, o que remete a questão ao plano do poder e da elaboração de uma determinada ordem simbólica da realidade não representativa do todo social e que regula os mecanismos de distribuição dos bens culturais, de funcionamento da sociedade, dos comportamentos, das consciências.

É neste contexto que cabe uma aproximação entre a cultura e a informação, ou da cultura como informação, e para tanto é importante ressaltar um determinado período deste século, aquele posterior à II Grande Guerra, que é quando se formula cientificamente o conceito de informação. No plano político e econômico, a partir desse momento, também faz sentido falar em informação. Informação passa a ser um problema.⁶

O processo de aproximação entre o poder e a tecnociência, que se vislumbra desde a formação do Estado moderno, a modernização dos meios produtivos, calcado no modelo da racionalidade, encontra sua expressão mais nítida neste período de aplicação deliberada e intencional da ciência à produção. O discurso racional de produção da verdade é elaborado como “discurso competente”, como resposta, como orientação para o pensar e o agir. Ou como informação, ou mediação entre o homem e o real, agora formatado, informado.⁶

A relação, ainda inédita historicamente, entre as instâncias do poder e a tecno-ciência, marca o processo de modernização cultural e social, no bojo do qual formou-se nas sociedades modernas um campo de significados homogêneos (ou de “conjuntos de verdade”) paralelamente a um mercado de bens simbólicos, cuja eficácia reside justamente na possibilidade de ordenar o mundo natural e social através de discursos e mensagens que não passam de alegorias que simulam a estrutura real das relações sociais.⁷

Essa modernização cultural nas sociedades ocidentais-capitalistas-industriais tem, por outro lado, como sua expressão prático-social, a formação de campos culturais relativamente autônomos de produção, circulação e consumo dos sentidos (o campo da produção erudita, da reprodução cultural ou campo educacional, o campo da indústria cultural...). Essa autonomia dos campos no interior de uma cultura é relativa, no sentido de que têm como ponto de referência comum o fato de se ligarem a um modelo racional -, e de estarem apoiados em discursos racionais ou “discursos de produção da verdade”.

E subdivisão da modernidade cultural em campo, apoiada numa forma especial de acessar a realidade não cria, no entanto, uma totalidade. Uma vez que ela implica na separação entre produtores e consumidores de bens culturais, por critérios de saber e de poder, que em última instância dizem respeito a uma questão de acessibilidade aos campos de produção simbólica e aos seus significados, supõe e repõe incessantemente as diferenças e os conflitos sociais.

É neste contexto da modernidade cultural, dividida em campos de produção simbólica, que surge e se consolida a idéia de informação como elemento que organiza o que, por natureza, é disperso e conflitual – as relações sociais – e que dá aparência de dispersão e neutralidade ao que é reproduzido como homogêneo e indivisível – o conhecimento racional. Informação parece se referir a uma nova forma cultural nas sociedades ocidentais, sendo então importante lembrar o que se entende por Modernidade e, a partir de que momento a informação passa a constituir um de seus problemas fundamentais.

5 Modernidade e crítica cultural: da estrutura ideológica ao processo hegemônico

A inauguração do discurso crítico da cultura é correlata à idéia de Modernidade, ou seja, à tomada de consciência a respeito da

irreversibilidade do processo histórico Ocidental, em direção ao progresso infinito, abalizado pela expansão do conhecimento racional.

O sentido e o sentimento do novo sempre estiveram presentes no mundo ocidental, como uma referência ao passado para explicar e compreender o tempo presente, enquanto o progresso se referia à novidade, que era acrescentada linearmente e cumulativamente ao presente, como uma transição do velho para o novo.

Segundo J. HABERMAS, o que caracteriza, no entanto, a modernidade ocidental, a partir das últimas décadas do século XIX, é uma tomada de consciência a respeito do novo e sua projeção para o futuro sem volta:

“O fascínio exercido pelos clássicos do mundo antigo sobre o espírito dos tempos posteriores dissolveu-se pela primeira vez com os ideais do Iluminismo francês (...) a idéia de que ser ‘moderno’ implica voltar aos antigos mudou com a crença, inspirada na ciência moderna, no progresso infinito do conhecimento e no avanço infinito em direção ao aperfeiçoamento social e moral.”⁸

A “consciência de si” da modernidade, os novos tempos, os tempos modernos são tempos de enxergar e criticar o contexto cultural presente e de pensar sobre a cultura e a sociedade que se quer construir, uma vez que o elemento básico que molda a “consciência de si” da modernidade é o de que o projeto Kantiano do empreendimento científico, capaz de levar a humanidade à emancipação através da razão, transformara-se em um “processo de desinformação uniformemente orientada e administrada”, no lugar de levar à democratização cultural pela expansão da cultura racional.⁹

A fim de se chegar a uma relação entre cultura e informação no quadro dos discursos críticos da Modernidade, vale considerar uma noção, que a partir de determinado momento passou a integrar o quadro de discussão sobre cultura – ideologia. É a partir do emprego desse termo, no entendimento dos processos culturais, em suas dimensões social, econômica e política, que se pode falar da politização da noção de cultura ou, mais apropriadamente, da elaboração de uma crítica da cultura.

O termo ideologia surge no âmbito da teoria marxista, que primeiro fez a sua formulação teórica, a qual estava ligada a profundas alterações que emergem com a sociedade capitalista, tais como a

questão da relação entre novas formas de dominação e a emergência de um conhecimento científico sobre a realidade.¹⁰

A cultura, no discurso crítico, não é obra de um espírito universal, como acreditava o Iluminismo, nem constitui as elaborações primitivas e autênticas do povo, como supunha o Romantismo. E nem se refere aos padrões básicos de comportamento, dados em todo agrupamento humano ou sociedade, como formulara a antropologia culturalista. A ideologia não é, por outro lado, um elenco ou repertório de idéias, acumuladas ao longo da história.

Cultura passa a ser sinônimo de concepção de mundo e estará agora referida aos processos materiais da sociedade de classes, ao seu modo de produção de bens materiais, que em última instância determinam a consciência ou a maneira pela qual os homens representam para si próprios e para os outros as suas relações sociais, a sua existência.¹¹

É importante reter, no conceito de ideologia, que este foi cunhado e se transformou em função de uma ordem de indagações que se reportavam à importância das idéias na preservação de uma ordem social injusta e como, ao contrário, podiam servir de instrumento na transformação consciente da sociedade em direção a uma ordem justa.¹² Daí a noção de ideologia, nos seus primórdios, estar ligada à base econômica, aos processos produtivos, onde se visualizaram as relações de dominação na sociedade de classes. Assim, na tradição marxista, ideologia foi associada ora com um sistema de crenças característico de uma classe ou grupo, ora com um sistema de crenças ilusórias – idéias falsas ou consciência falsa – que se pode contrastar com o conhecimento verdadeiro ou científico. Tanto em uma quanto em outra vertente, ideologia diz respeito a uma operação de falseamento do real ou instrumento de dominação nas mãos da classe que detém o poder de produzir, fazer circular e consumir as suas representações, valores e concepções de mundo como aqueles tidos como oficiais e verdadeiros. A ideologia, assim, assinala a diferença entre produtores e consumidores dos bens culturais.

No entanto ela o faz, enquanto conceito ou construção teórica, referindo-se a sistemas cristalizados de idéias e separando a realidade social ou “as condições reais de existência”, ou a economia, ou a infra-estrutura, do universo simbólico.¹³ A ideologia, assim, constitui o travestimento da realidade, cuja base encontra-se nas relações sociais de produção. “É da distância entre o real e o ilusório que ela retira o preço de sua inverdade.”¹⁴

A noção de ideologia, assim formulada, serviu para que se operasse a rejeição das noções de cultura vigentes no campo teórico, as quais se limitavam a uma crítica imanente da cultura, como tendo uma existência autônoma, não relacionada com processos vitais políticos e econômicos da sociedade, numa perspectiva que neutraliza a cultura, abstraindo-a do contexto histórico que lhe dá significado, como analisa T. W. ADORNO:

“Contra a crítica cultural imanente pode-se argumentar que ela dissimula o que é decisivo, isto é, o papel da ideologia nos conflitos sociais. Ao supor algo assim como uma lógica cultural independente – ainda que a suposição seja apenas metodológica –, se faz cúmplice da cisão da cultura, do proton-pseudos ideológico, pois o conteúdo da cultura, não reside exclusivamente em si mesma, mas em sua relação com algo que é o seu reverso, o processo material da vida. A cultura, como Marx observou a respeito das relações jurídicas e das formas de Estado, não pode conceber-se a partir de si mesma...nem partindo do chamado desenvolvimento geral do espírito humano’. Ignorar isso equivale a coisificar a ideologia e solidificá-la.”¹⁵

No entanto, embora a tradição marxista tenha mostrado a face dominadora, opressora e alienante da cultura, pela noção de ideologia, ao estabelecer a relação entre cultura e forças materiais da sociedade, o fez, na maioria das vezes, reduzindo a cultura a um mero reflexo da esfera econômica e firmando a primazia das forças econômicas e da lógica das leis científicas sobre as questões do cotidiano e da consciência.¹⁶

Cabe aqui introduzir, para então retormar outras considerações do ideológico, um outro termo, que na vertente crítica da cultura tem uma abrangência peculiar, significando ao mesmo tempo cultura e ideologia, enquanto processos de apreensão do real, na sociedade de classes – hegemonia.

Nessas sociedades existe uma divisão, embora dissimulada, e que se expressa nas relações de força física e simbólica, entre os produtores e os consumidores da cultura, embora esta última se refira, no geral, aos processos materiais e simbólicos de todos os membros da sociedade. O critério dessa divisão é o de classes que,

por possuírem o capital econômico, têm poder de decisão, produzem e têm acesso à cultura oficial – tida como autêntica e verdadeira – e aqueles que, dada a sua condição de classe (de explorados), não possuem os meios e os canais de expressão e disseminação das suas concepções de mundo, que estão referidas, de um lado, às suas experiências práticas e, de outro, a uma leitura própria e fragmentada da cultura dos dominantes, ou cultura oficial.

A. GRAMSCI estabeleceu uma distinção entre domínio e hegemonia. O domínio é exercido pela coação direta ou efetiva e se expressa em formas diretamente políticas, em tempos de crise. Enquanto a hegemonia se refere à situação normal, na qual opera uma complexa combinação de forças políticas, sociais e culturais. A hegemonia corresponde às forças sociais e culturais ativas que são os elementos necessários a essa “operação”: no processo hegemônico, “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma.”¹⁷

Como foi visto anteriormente, a ideologia, tal qual formulada e empregada na crítica da cultura, é um sistema formal e articulado de significados, valores e crenças, ou de “visão do mundo”, ou “perspectiva de classe”. A noção de hegemonia, de forma diferente, serve para indicar que o decisivo, na sociedade de classes, não é apenas o sistema consciente de idéias e crenças, mas todo o processo social vivido e organizado praticamente por significados e valores específicos e dominantes. O conceito de hegemonia, assim formulado, inclui o conceito de cultura como processo global que constitui a “visão de mundo” de uma sociedade ou de uma época, e o conceito de ideologia como sistema de representações, normas e valores da classe dominante que ocultam sua particularidade, numa universalidade abstrata.¹⁸ Assim, hegemonia não é um sistema, mas um complexo de experiências, relações e atividades cujos limites estão fixados e interiorizados mas que, por ser mais do que ideologia, tem capacidade para controlar e produzir mudanças sociais.¹⁹

Enquanto um processo amplo, complexo e não apenas um sistema de crenças e valores, hegemonia designa o que é cultura na sociedade de classes. Nestes termos, a cultura é pensada não como aquisição, produto ou resultado, mas como criação, movimento e ação em sociedades que põem e repõem incessantemente as diferenças de classe, e estará referida a uma categoria a ser recriada pelas diferentes práticas sociais, em situações histórico-sociais concretas, pois ela não é, na concepção de A. GRAMSCI:

"... um saber enciclopédico, em que o homem só é visto como recipiente da empiria e portador de fatos empíricos, fatos brutos e desconexos que deverá arrumar em seu cérebro do mesmo modo que nas colunas de um dicionário para poder depois, em cada ocasião, responder aos vários estímulos do mundo externo". A cultura não é um enumerar contínuo de informações, não é um arquivo... Pelo contrário, ela é ... "organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista da consciência superior, pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e deveres ... O homem é sobretudo espírito, i. e., criação histórica, e não natureza".²⁰

Essa visão crítica da produção e circulação da cultura, a qual revela as divisões e diferenças entre produtores e consumidores dos bens culturais supõe a ideologia como elemento permanente da produção e trocas simbólicas, orientando as respostas às mensagens. Ela revela o momento da cultura como informação ou como sistemas de transmissão de valores de verdade. Ressaltando no ciclo informacional (produção, comunicação e consumo) a importância da capacidade receptiva das informações, vê a cultura como um processo produtivo e conflitual de transformação da realidade social e a ideologia como sua dimensão permanente.

Situando a questão cultural no campo prático-social permite se visualizar a sociedade dividida em interesses econômicos e políticos, não apenas diversos mas conflitantes, o que impede o estabelecimento de consensos universais sobretudo em torno de valores, indicando as distâncias e rupturas entre modos de pensar e de estar em sociedade.

6 Informação e ideologia como forma do imaginário moderno

Ideologia representa ainda, dentro da abordagem crítica da cultura, agora referida às práticas sociais em geral, não apenas a representação distorcida, falsa e ilusória do real, para servir ao exercício da dominação na sociedade de classes (a luta de classes) ou a inversão imaginária do processo histórico no qual as idéias ocuparam o lugar dos agentes históricos reais.

Enquanto forma específica do imaginário moderno, a ideologia “é a prática do exercício de decisões essenciais sobre axiomas de realidades, para conservar as condições produtivas vigentes num determinado modo de produção, de acordo com M. SODRÉ.²¹ Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ensinam a conhecer e a agir. Nesse sentido, a ideologia vem sendo empregada em consonância com a noção de poder e de saber, referindo-se aos mecanismos de ação sobre o sentido, mais do que a discursos e representações falsos.

Em vez de referir-se a concepções de mundo que contrapõem explorador-explorado, dominante-dominado, a ideologia perpassa todo o tecido social. Pois, segundo M. SODRÉ:

“Na ordem moderna ..., a verdade se impõe a dominantes e dominados, senhores e escravos, que passam a ser atores de um drama, de uma representação – a da evidência da verdade. A partir daí, será preciso nada esconder, tudo dizer ... para que tudo se saiba.”²²

A cultura moderna se realiza no interior da ideologia como forma especial de atingir a verdade. Ela não está localizada em instâncias específicas e isoláveis e nem se instala nas consciências e em cada prática, pois todas elas se voltam para esse amplo projeto de busca da verdade, ou são informadas por ele.

Neste sentido, a ideologia está apoiada em dois pressupostos principais: 1º) a verdade que ela expressa é a verdade racional, a verdade da ciência; 2º) o de que existe um poder uno, separação do social, ou de que para que a sociedade como um todo funcione de maneira harmoniosa, é necessário a expressão de um poder sobre ela. Este se expressa no Estado, o qual exerce o seu poder através das organizações e da competência do especialista, detentor do conhecimento racional ou da racionalidade eficiente.

Portanto, nessa vertente, a ideologia corresponde a uma forma de coerência lógica ou unidade de modos de representação, calçados na racionalidade e nas organizações. Ela diz respeito à veiculação, no campo prático social, de uma maneira informada e competente de se relacionar com a vida social, com o mundo, ou a uma prática de poder que teme o “extraordinário, o vago, o conjectural” e que valoriza a certeza e a estabilidade do sistema (cul-

tural, social, político e econômico) como um todo homogêneo, conforme entende J. BAUDRILLARD:

"... na sua lógica totalitária, um sistema de crescimento produtivista não pode fazer outra coisa senão produzir e reproduzir os homens nas suas mais profundas determinações, na sua liberdade, nas suas 'necessidades', no seu próprio inconsciente, como forças produtivas. O sistema só pode produzir e reproduzir os indivíduos enquanto elementos do sistema. Não pode haver exceção."²³

Quando esse sistema encontra apoio na tecnociência, a produção incessante da verdade e sua veiculação como "discurso competente", penetra nas organizações, informando cada prática, tornando-se um guia para as ações e as decisões. É a ideologia, sinônimo das lutas que se travam em nome do estatuto da verdade.

Aquilo que o discurso crítico da cultura tematiza como ideologia passa a ser revisto pela aproximação entre o saber e o poder e pelos confrontos em torno do estatuto da verdade, em sociedades onde existe uma proliferação incessante de informações orientando cada fazer e pensar humano. Não se trata, porém, de um problema qualitativo para o sujeito moderno, incapaz de se orientar em meio a uma "explosão informacional". Não se tão pouco da oposição verdade/falsidade, a primeira representando o conhecimento científico e a segunda as elaborações alienadas e distorcidas da realidade, como analisara L. ALTHUSSER, por exemplo. E nem é mais uma questão do sujeito, como porta-voz da história ou inversamente como receptáculo de idéias e representações falsas a respeito das suas condições existenciais. E nem da ideologia como estando em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica ou material. No "regime de verdade", que caracteriza as modernas sociedades de massa, entende-se a verdade como "um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados".²⁴ Portanto, a verdade e os enunciados que ela expressa são "deste mundo", isto é, são produzidos pelo pensamento e pela prática social como discursos competentes, ou discursos da verdade.

O poder, por outro lado, não está somente do lado da ideologia

como conhecimento em que o sujeito tem sua relação com a verdade perturbada e obscurecida pelas condições de existência, enquanto à ciência estaria reservado o terreno do verdadeiro, onde o sujeito vence as limitações das suas condições particulares de existência, instalando-se na neutralidade objetiva do universal.

Pois toda forma de conhecimento hoje depende da sanção da ciência e da racionalidade para alcançar o estatuto de verdadeiro, isto é, para obter valor de uso como símbolo cultural que tem validade e reconhecimento social.

7 Modernidade e Cultura Informacional

A racionalidade crescente do mundo do trabalho e da vida social, através de uma lógica cultural informacional amparada na tecnociência, faz emergir os dois eixos mais importantes da cultura da modernidade: a) de um lado, a ciência e a racionalidade como modo de conhecimento privilegiado; b) de outro, a criação de sub-campos culturais, como campos de especialização e manejo de códigos, com suas instituições e seus especialistas, resultantes de um processo de divisão social das atividades de produção do sentido. A modernidade, construída com base numa razão capaz de levar o Ocidente a controlar a natureza e as relações entre os homens, unidimensionalizando o real através de uma armadura categorial que tudo prevê, explica e ordena, explode numa lógica informacional que acumula saberes e técnicas mas que, por outro lado, isola o indivíduo, privado de significados que o unam historicamente aos outros. A fragmentação da cultura científica permitiu o exercício de um controle cada vez maior sobre a natureza, mas também agiu progressivamente e de maneira cada vez mais eficaz no controle das pessoas e das condutas humanas.

O advento da modernidade instaura dessa forma uma divisão da cultura em sub-campos culturais ou esferas autônomas de produção e controle de códigos, manejados por diferentes instituições, resultantes de um processo de divisão social das atividades voltadas para a produção do sentido. Neste quadro formam-se sub-campos culturais referidos à cultura ocidental burguesa: a cultura erudita ou a "cultura" por excelência, esfera de produção das artes e da literatura, a cultura de massa, voltada para um público consumidor de mensagens e hoje cada vez mais dependente da linguagem da tecnologia informacional; a cultura propriamente científica, uma vertente dentro

da esfera da cultura erudita, e que tende a impor suas verdades, valores e linguagens aos demais sub-campos culturais. Entretanto, existem dois traços básicos comuns a esses sub-campos culturais:

- 1º) a geração da cultura como matéria de trabalho ou de uma prática colocada sob a esfera da produção, ou como uma "(...) prática geradora de um produto, que aparece dentro de suas condições sociais de existência, i. e., das determinações para que um bem possa ser utilizado, possa ter valor de uso".²⁵
- 2º) sua organização em campos sociais que classificam os sujeitos em produtores e receptores dos bens culturais dentre a camada social dotada de meios sociais (origem de classe) e instrucionais (cognitivos) para manejar os códigos de deciframento das mensagens contidas nos bens culturais.²⁶

A profissionalização do universo simbólico e a transformação do capital cultural em privilégios e distinções sociais criam um "mercado simbólico" onde o valor de uma produção cultural é largamente determinado pelo julgamento de instituições que detêm autoridade para tal no domínio público: as escolas e as universidades, o universo editorial, os museus, as bibliotecas e outros organismos culturais. Neste contexto, os sistemas de ensino desempenham um papel instrumental na apropriação da riqueza simbólica que é julgada digna de ser possuída e cultivada.²⁷

Informação, neste quadro da fragmentação da cultura ocidental em sub-campos especializados, passa então a ser um problema o qual, num primeiro plano (de superfície) parece se revelar e se esgotar como uma questão técnica e operacional, com a fragmentação da cultura em bits de conhecimento operados pelas novas tecnologias informacionais, mas que, num plano mais profundo e complexo, revela o paradoxo básico da cultura da modernidade nas sociedades ocidentais-capitalistas-industriais. Qual seja, o de que nestas sociedades, que adquiram um imenso poder sobre a natureza graças ao enriquecimento enorme de uma cultura científica, percebe-se cada vez mais que o conhecimento racional é moralmente neutro e não tem contribuído para fundar posições morais ou escalas de valores particulares.

8 A cultura como contexto: para uma antropologia da informação

Os discursos produzidos pela cultura greco-ocidental, e que têm interpretado os vínculos simbólicos e materiais que as sociedades

históricas estabelecem com a realidade, revelam que a informação constitui a forma e o fundo da cultura moderna, científica, abrindo ao mesmo tempo o espaço interpretativo da cultura como contexto para a realização de práticas sociais da sua própria produção.

Cultura é assim um termo em aberto, sempre sujeito a novas abordagens, porque ele se refere a práticas sociais, a vidas no seu contexto histórico, e é a partir desse "milieu" cultural que a cultura é produzida e alcança seus sentidos específicos. É a partir daí que se constroem os diferentes discursos da cultura. Também é a partir daí que os discursos orientam cada prática social.

Assim, para o discurso racional, lógico-formal, a cultura tem um sentido reprodutivo e normativo, por estar mais sintonizado com as condições materiais vigentes na sociedades. O discurso crítico da cultura, por outro lado, também se impõe como discurso, ou contradiscurso, ora para revelar o que está por detrás do discurso ideológico-racional, ora para também impor a sua verdade. No entanto, ambos se referem a um ideal de conhecimento, ou de estado de conhecimento/consciência a ser atingido pelos agentes sociais. A autonomia relativa dos diferentes campos sociais, enquanto espaços de produção e reprodução cultural é sugerida, no nível discursivo, "tão somente concedendo autonomia abstrata a uma relação social e nenhuma autonomia aos agentes constitutivos nos quais, e através dos quais, somente a relação pode ser formada."²⁹

Os discursos, lembra M. FOUCAULT³⁰, se organizam no campo teórico, ou "espaço transcendental sem sujeito". De forma diferente, no campo prático o sujeito se faz presente, e com ele as "relações de força e combates", as representações diversificadas e conflituosas elaboradas a partir das práticas e relações sociais e das matérias discursivas distribuídas socialmente como informações.

É no plano das práticas sociais que convém repensar a questão informacional nas sociedades ocidentais-capitalistas-industriais, considerando até que ponto a informação constitui o lado sistêmico e estruturado das suas culturas, ou se essa noção, que não tem caráter discursivo como a palavra cultura mas um caráter técnico, corresponde mais a uma forma moderna de reproduzir, mas também de produzir a cultura nessas sociedades. Por outro lado, trata-se de visualizar um espaço para a análise da informação no plano das práticas sociais.

Pode-se em princípio afirmar que no domínio sócio-histórico a informação é sempre uma resposta que nos é dada por uma deter-

minada tradição cultural, na qual vivemos e nos sentimos seguros. Ela é, nesse sentido, a expressão simbólica materializada em instituições, discursos e práticas, de uma verdade. É ainda o elemento de continuidade do passado, reelaborado e reinterpretado à luz do tempo presente que nos organiza e constitui o princípio da nossa identidade, no qual estão pautadas nossa teoria e nossa prática.

Por essa razão somos sociedades que constroem instituições cujo objetivo é produzir, processar e disseminar informações. É necessário guardá-las mas, também, veiculá-las para que elas não se percam no tempo e espaço históricos, assegurando assim a continuidade e a preservação de uma determinada memória cultural.

A informação, tanto quanto a cultura, possui um caráter normativo, estando associada à tradição como seu registro, meio ou suporte. No entanto, ainda que seja considerada como um valor de referência cultural, importa levar em conta outros sentidos que a informação modernamente vem adquirindo nas nossas sociedades.

Nessas sociedades a busca incessante da verdade pelo discurso racional se realiza em bases materiais concretas, que são as relações sociais instituídas em organizações. Nesse contexto de administração da realidade sócio-cultural por instâncias políticas, econômicas, pedagógicas e tantas outras pelas quais se desdobra o discurso da racionalidade, a informação representa o elemento mediador das práticas, das representações e das relações entre os agentes sociais, por um lado. Por outro, ela constitui hoje mais uma maneira de lidar com a realidade, do que propriamente um elemento estanque, ou registro da tradição. Por outros termos, informação corresponde a uma maneira moderna de acessar os signos, os significados, de construir interpretações a respeito do real.

Assim se delineia um sentido processual da informação. Tanto quanto ideologia, ela se refere mais a forma, do que a conteúdos. Por isso ela é, mais do que conteúdos, uma forma moderna da nossa cultura. Num processo de dinâmica cultural, "a informação é vetor, e a ideologia o seu corretivo."³¹

É nessas sociedades regidas pela busca da verdade, através da razão, e onde uma tradição seletiva e administrada informa cada existência, que toma corpo o fenômeno informacional, como maneira de construir a cultura, de levar à ruptura, admitindo-se que existem tantas formas de lidar com o mundo, quantas existem de experiências e de condições de vida.

Ainda, uma vez que os processos de busca da verdade que inte-

gram a dinâmica cultural não devem mais ser tomados e aceitos na sua dimensão universal e abstrata, em sociedades que geram antagonismos e condições diferentes de produção e acesso às informações, importa tomar a informação como geradora do plural e do múltiplo. Apenas informação, e não o conhecimento válido, único e verdadeiro.

No processo de dinâmica cultural, alimentado pelas práticas sociais em geral, informação se refere a uma forma moderna de veiculação e expressão de visões de mundo diferentes, porque elaboradas a partir de experiências de vida diversas e contraditórias. Por isso, deve ser considerada no plano das ações e representações dos sujeitos, em suas práticas sociais históricas e concretas, enquanto um elemento que permeia cada uma dessas práticas. Num sentido ainda mais "moderno", a informação é ela também uma prática, num contexto sócio-cultural de produção de discursos, representações e valores que informam cada existência, fornecendo a cada sujeito um modelo de competência (cognitiva, discursiva, comunicacional) para dirigir suas vidas, para se relacionar como os outros, com a sociedade.

O olhar antropológico dirigido à questão informacional permite que se construa a idéia de práticas de informação como mecanismos de apropriação, rejeição, elaboração de significados e valores, não numa sociedade sincrônica, que guarda uma relação direta e cumulativa com a tradição, mas naquela onde os sujeitos elaboram suas representações e executam suas práticas através de dispositivos informacionais reinterpretados a partir das suas experiências, onde estão presentes os antagonismos e a pluralidade.

Culture of modernity: informational discourses and practices

A social and historical reading of the informational phenomenon. Context and processes through which information becomes a problem of a practical and social nature as well as a scientific problem, that is, as an object of scientific research, in the occidental-industrial-capitalistic society. The core concept in this historical reconstruction is that of culture, which provides the theoretical ground for the development of new concepts. At first, the concept of culture brings back the interpretation of the symbolic and material

links that our societies have established with reality. These links lead to another way of studying culture, that is, as a product collectively built by the social subjects, by means of their actions and representations. These are, in a modern sense, information practices.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 HABERMAS, Jürgen. Modernity: an incomplete project. In: FOSTER, H. *The antiaesthetic, essays on postmodern cultures*. Washington: Bay Press, 1983. p. 3-15.
- 2 JAMESON, Fredric. Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism. *New Left Review*, n. 146, p. 52-92, 1984.
- 3 GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 16.
- 4 Ibidem, p. 17.
- 5 FOUCAUT, Michel. *Microfísica do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 13.
- 6 W.BENJAMIN havia identificado essa mudança na ordem do saber e do conhecimento no plano da narrativa, que aos poucos foi sendo substituída por formas diferenciadas de aproximação do homem com a realidade, atribuindo a decadência da narrativa a pelo menos três causas: a) a privação da faculdade de intercambiar experiências; b) a extinção da sabedoria; c) o predomínio da informação no mundo moderno. Neste quadro, não há mais lugar para o narrador (aquele que reúne em torno de si a comunidade atenta e para ela conta histórias exemplares, por exemplo, o marinheiro e o camponês sedentário), quando fenecem a sabedoria, as experiências comunicáveis e quando tudo se transforma em informação. Esta, segundo o autor, caracteriza a mudança operada no estatuto do conhecimento. Este, enquanto relação do homem como o mundo, está cada vez mais mediatizado pela informação. A maneira moderna de produzir sentido, amparada na racionalidade e limitada à demonstração de causas e efeitos, descarta os equívocos, as impressões falsas, pois o conhecimento científico e a informação trabalham com o dado causal, lógico, cognoscível, explicável, verbalizável. Não existe lugar para erro, a dúvida, componentes de toda experiência autêntica. (BENJAMIM, Walter. O narrador: Observações acerca da obra de Nicolau Leskow. In: BENJAMIM, Walter, et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p.57-74)
- 7 A formação de um mercado de bens simbólicos só é possível em sociedades onde os símbolos encontram-se estruturados, isto é, onde os "sistemas simbólicos" exercem um poder estruturante, porque são estruturados, e dessa mesma forma, são utilizados como instrumentos de conhecimento e de comunicação, e também de poder. (BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 7 e segs.)

- 8 HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publ. Dom Quixote, 1990. p. 4.
- 9 CASTORIADIS, Cornelius. *O mundo fragmentado; as encruzilhadas do labirinto III*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- 10 LICHTHEIN, Georges. *The concept of ideology: History and Theory*, n. 4, p. 164-195, 1965/6.
- 11 Na célebre formulação de K. MARX: "... na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes das suas vontades, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas produções da vida material condiciona o intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o que ser social que, inversamente, determina a sua consciência ..." (MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 24-25)
- 12 DURHAM, Eunice Ribeiro. Cultura e Ideologia. Dados: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 11, 1984.
- 13 *Ibidem*, p. 12-14.
- 14 ORTIZ, Renato. A Escola de Frankfurt e a questão da cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 46, jun. 1986.
- 15 ADORNO, Theodor W. *Prismas; la crítica de la cultura y la sociedad*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1962. p. 22.
- 16 *Ibidem*, p. 22-23.
- 17 GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. p. 63. A hegemonia é uma questão que funciona, na obra de Gramsci, como linha principal que guia as suas análises dos processos históricos-sociais, quer se trate da formação do Estado unitário italiano, ou ainda da literatura e das suas relações com o povo. "É um conceito apresentado em toda sua amplitude, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer. (Cf. GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia com Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 143 p. Ver também MARTELETO, R. M. *"Mapeando" o pensamento de Gramsci*. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação/UFRJ. Doutorado em Comunicação, 1985. 33 f.)
- 18 CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 21.
- 19 R. WILLIAMS, ao analisar o conceito gramsciano de hegemonia, acrescenta: "Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia nunca pode ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas e

... além do mais, não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática." (WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 115-116. Ver também do mesmo autor: *Base and superstructure on Marxist Cultural Theory*. *New Left Review*, v. 82, p. 3-16, Nov./Dec. 1973)

- 20 GRAMSCI, A. apud MOCHCOVITCH, Luna G. *Gramsci e a escola*. Rio de Janeiro: Ática, 1988. p. 57
- 21 SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1983. p. 59.
- 22 Ibidem, p. 118.
- 23 BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Edições 70, 1981. p. 89-90.
- 24 FOUCAULT, Michel. Op. cit. p. 73.
- 25 SODRÉ, Muniz. Op. cit. p.14.
- 26 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982. 361 p.; BERNSTEIN, Basic. Social class and linguistic development: a theory of social learning. In: HALSEY, A., FLOUD, J., ANDERSON, C: (Eds.). *Education, economy and society*. New York: The Free Press, 1961. p. 288-314.
- 27 BOURDIEU, Pierre. Op. cit. p. 99-181.
- 28 GOLDDMANN, Lucien. *Structures mentales et création culturelle*. Paris: Anthropos, 1970. p. 6-7.
- 29 WILLIS, Paul. Produção cultural é diferente de reprodução cultural é diferente de reprodução social é diferente de reprodução. *Educação e realidade*, V. 1, n. 2, p. 3-18, jul./dez. 1986. p. 6-7.
- 30 FOUCAULT, Michel. Op. cit. p. 256.
- 31 BADALONI, Nicola. Razón y cambio. In: GARGANI, Aldo (Org.) *Crisis de la razón: nuevos modelos en la relación entre saber y actividades humanas*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1983. p. 220.